

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO IAN BARROS MOLLMANN DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO

Pregão Eletrônico nº. 058/2019/CEL/SUPEL/RO

Objeto: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação/GAF/SEJUS, de acordo com o memorando nº 105/2018/SEJUS-NUALI e seus anexos.

Vencedora: SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

RBX ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, empresa privada, qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, por seu representante legal que esta subscreve, não se conformando, data venia, com a decisão que habilitou a recorrida, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, interpor RECURSO, com supedâneo no artigo 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93, consoante RAZÕES RECURSAIS que seguem abaixo:

A recorrida/vencedora deve ser inabilitada, posto que não atendeu aos requisitos estampados no edital e na legislação de regência.

Da irregularidade dos atestados de capacidade técnica

O Edital descreve de forma vinculada e taxativa todos os documentos necessários a serem apresentados pelos licitantes, visando à lisura da concorrência, a igualdade entre os participantes, certeza de que

a Administração terá o objeto entregue àquele que melhor atender o interesse da coletividade etc.

No caso em apreço a regularidade técnica não foi atendida.

O edital prevê o seguinte:

#### 11.4.3 DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A) Comprovação de capacitação técnico-operacional da licitante (Art.30, II da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações) através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da proponente para desempenho em atividades compatíveis em características e quantidades com o objeto deste edital.

B) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do contrato, comprovação de capacidade técnica-profissional, conforme disposto no Inc. I do §1º, do art.30 da Lei Federal 8666/93, e posteriormente alterações, mediante demonstração de ter em seu quadro funcional, o profissional nutricionista, reconhecido pela entidade competente (Conselho Regional de Nutrição) através de registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo (Art.5º e art.6º da Resolução 419 de 24 de Março de 2008).

C) Entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período), contemple o objeto da presente aquisição.

D) Entende-se por pertinente e compatível em quantidades os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período), contemple, no mínimo, quarenta por cento do objeto da presente aquisição, qual seja, refeições prontas (desjejum, almoço e jantar).

D.1) Caso a licitante venha ofertar proposta para dois ou mais LOTES, esta deverá comprovar que possui qualificação técnica equivalente à somatória dos valores para aqueles que apresentar proposta. Devendo este informar para qual dos lotes possui preferência.

E) Não cabem, para a soma de atestados, a execução do objeto que tenha sido realizada em períodos distintos, ou não concomitantes.

F) Declaração de que a empresa dispõe de pessoal técnico (Portaria nº419/2008-CFN e Lei 8.234/91), de instalações e equipamentos (RDC nº216, de 15 de setembro de 2004-Ministério da Saúde), adequados para preparo dos alimentos e que disponibilizará veículos para atender a entrega do serviço objeto do certame, em bom estado de conservação, e que atenda plenamente a execução do Contrato e a legislação vigente (Portaria 16.1.3.7 Centro de Vigilância Sanitária, de 7 de novembro de 1991).

G) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Alvará Sanitário da sede da empresa, emitido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

H) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região.

I) Declaração de que apresentará na data prevista como termo inicial para a entrega das refeições, laudo da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do local onde serão produzidas as refeições, caso estas não sejam

produzidas na sede da empresa.

J) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, relação nominal da equipe técnica (nível superior) e quantitativo da equipe de produção a ser disponibilizado para execução do contrato.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 30, inciso II, traz o seguinte comando:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Já o § 1º do mesmo artigo, estabelece:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Pois bem.

Os atestados de capacidade técnica apresentados estão em desacordo com as regras fixadas no edital e na Lei de regência.

Isso porque, todos os atestados apresentados devem, obrigatoriamente, estar devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, conforme previsto no Edital e na Lei.

O Edital determina que os licitantes devem fazer prova da capacidade técnica, mediante a observância do artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93. (Comprovação de capacitação técnico-operacional da licitante (Art.30, II da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações)

Logo, é imprescindível que todos os atestados devem estar devidamente registrados.

Nesta esteira, verificando os atestados apresentados no certame, vê-se, pois, que a recorrida não atendeu aos critérios insertos no Edital, o que afronta a isonomia entre os licitantes e a deslealdade no cumprimento do quesito habilitação técnica.

Diante de tal irregularidade, a recorrida deve ser inabilitada.

No mais, o interesse público é que deve prevalecer. Tanto é verdade que, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal traz em seu bojo diversos princípios que norteiam a administração pública:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

O artigo 3º e 43, § 3º da Lei 8.666/1993, assim estabelecem:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desta forma, de todos os ângulos que se enfoque, a inabilitação da recorrida é medida que se impõe.

Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria, se digne, sejam julgas procedentes as razões recursais, dando-se provimento ao recurso, para o fim de inabilitar a recorrida, em homenagem ao princípio do interesse público e da vinculação aos termos do edital, retomando-se a marcha licitatória em seus termos ulteriores.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

São Paulo, 11 de setembro de 2019.

RBX ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI  
Valesca Rodrigues Diniz

Representante Legal

**Fechar**